

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO XXX
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE xxxxxxxxxxxxxxxx**

Autos n.º xxxxxxxxxxxxxxxx

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, apresentar alegações finais em **MEMORIAIS** nos termos que passa a expor.

Conforme consta nos autos, o réu foi inicialmente denunciado como incurso nas penas do artigo 213, *caput*, cumulado com o artigo 14, inciso II e artigo 226, inciso II, todos do Código Penal, cumulado com o artigo 5º, inciso II, e artigo 7º, inciso III, da Lei 11.340/06, (**fls nº xx**).

Posteriormente, em razão de aditamento à denúncia, **fls nº xx**, capitulou-se as condutas do réu nas disposições do artigo 65 da Lei de Contravenções Penais, artigo 129, parágrafo 9º, artigo 150, parágrafo 1º, e artigo 344, do Código Penal.

Segundo consta no aditamento, no dia **xx/xx/xxxx**, por volta das **xx horas, no ENDEREÇO TAL**, o réu teria perturbado a tranquilidade pessoal da vítima **FULANA DE TAL**, com 14 anos de idade, em razão de acinte e motivo reprovável, para satisfazer lascívia, ao ingressar e permanecer, durante a noite e mediante uso de violência, contra a vontade expressa e tácita de quem de direito, em casa alheia e suas dependências, também ofendendo a integridade

física da vítima, conforme laudo de exame de corpo de delito de **fls nº xx**.

Cuida também a peça acusatória de suposto fato ocorrido na data de **xx/xx/xxxx**, por volta de **xx horas**, nas dependências do Fórum de **xxxxx** quando o réu, de modo livre e consciente, teria usado de grave ameaça com o fim de favorecer interesse próprio contra **FULANA DE TAL**, testemunha chamada a intervir em processo judicial instaurado em desfavor dele, visando intimidá-la a fim de buscar sua intimidade.

Ainda segundo a denúncia, réu é tio da vítima e moram em residências separadas.

O aditamento à denúncia foi recebida em **xx/xx/xxxx** (**fls nº xx**).

O réu foi citado (**fls nº xx**) e apresentou resposta à acusação à **fls nº xx**.

Foram ouvidas na instrução do feito a vítima **FULANA DE TAL** (**fls nº xx**) e as testemunhas **FULANO DE TAL** (**fls nº xx**), **FULANA DE TAL** (**fls nº xx**), **FULANA DE TAL** (**fls nº xx**), interrogado o réu **FULANO DE TAL** (**fls nº xx**), na audiência realizada em **xx/xx/xxxx**.

O Ministério Público ofereceu alegações finais às **fls nº xx**, postulando pelo acolhimento da pretensão acusatória.

1 - DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. NULIDADE ABSOLUTA

A denúncia foi endereçada ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em razão de que os supostos delitos descritos na inicial acusatória, no tocante à contravenção penal prevista no artigo 65 do Decreto-lei 3.688/41, ao crime do artigo 129, parágrafo 9º, do Código Penal, e artigo 150, parágrafo 1º, do

Código Penal, tiveram sua prática atribuída ao apelante em face de sua sobrinha (**fls nº xx**).

Conforme constou no aditamento (**fls nº xx**), “(...) agiu o denunciado prevalecendo-se de relações de hospitalidade, domésticas e com violência contra a mulher, na forma da lei respectiva, vez que a ofendida se trata de sobrinha adolescente do acusado”.

Ocorre que o simples fato de o apelante figurar como tio da vítima não implica, por si só, a competência do Juizado em questão.

Para a incidência da Lei n.º 11.340/2006 é preciso demonstrar também que a suposta agressão tenha ocorrido em função de gênero e que a vítima esteja em situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência em relação ao ofensor, circunstâncias essas não demonstradas na denúncia ou em seu aditamento, sendo esse ônus da Acusação.

Ausente, pois, a demonstração de violência em razão do gênero, o feito deveria ter sido distribuído a uma das Varas Criminais desta Circunscrição Judiciária, o que lamentavelmente não ocorreu.

Nesse sentido, decisão do colendo Superior Tribunal de Justiça:

“DIREITO PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO PENAL REFERENTE A SUPOSTO CRIME DE AMEAÇA PRATICADO POR NORA CONTRA SUA SOGRA.

É do juizado especial criminal — e não do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher — a competência para processar e julgar ação penal referente a suposto crime de ameaça (art. 147 do CP) praticado por nora contra sua sogra na hipótese em que não estejam presentes os requisitos **cumulativos de relação íntima de afeto, motivação de gênero e situação de vulnerabilidade**. Isso porque, para a incidência da Lei 11.340/2006, exige-se a presença **concomitante** desses requisitos. **De fato, se**

assim não fosse, qualquer delito que envolvesse relação entre parentes poderia dar ensejo à aplicação da referida lei. Nesse contexto, deve ser conferida interpretação restritiva ao conceito de violência doméstica e familiar, para que se não inviabilize a aplicação da norma. (HC 175.816-RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 20/6/2013.)¹

Especificamente quanto à relação entre tio e sobrinha, é assente a atual e abalizada jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal a respeito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. AMEAÇA. INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TIO E SOBRINHA. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NÃO DEMONSTRADA. EXIGÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DO GÊNERO. VULNERABILIDADE NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA. 1. Para a incidência da Lei nº 11.340/2006, além de o crime ser cometido em âmbito doméstico e familiar, exige-se que o agressor tenha em mente o gênero da pessoa ofendida, oprimindo-a em razão de ser ela do sexo feminino, decorrente de sua condição de vulnerabilidade. 2. A existência do vínculo de parentesco existente entre o réu e a ofendida, tio e sobrinha, por si só, não atrai a competência do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo necessário que, entre as partes, exista relação íntima e, hipossuficiência ou inferioridade da mulher em relação ao seu ofensor, o que não ocorre na hipótese dos autos.

¹ Informativo n.º 524.

3. Recurso desprovido. ([Acórdão n.680674](#), 20130110424030RSE, Relator: JOÃO BATISTA TEIXEIRA 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 28/05/2013, Publicado no DJE: 03/06/2013. Pág.: 227)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ARTIGO 129, § 9º, E ART. 147, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, C/C O ARTIGO 5º, INCISOS I E II, DA LEI 11.340/2006. DECISÃO DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA EM FAVOR DE VARA CRIMINAL COMUM - AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO - INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA -MANUTENÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. Se os supostos delitos de lesão corporal e ameaça praticados pelo tio contra a sua sobrinha não caracterizam violência baseada no gênero, por não terem sido cometidos no contexto de opressão, preconceito ou discriminação à mulher, não cabe a aplicação da Lei 11.340/2006. Mantém-se a decisão que declinou a competência para vara criminal comum, no caso de não incidência da Lei Maria da Penha, sendo o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher absolutamente incompetente para a apreciação do feito.

([Acórdão n.940090](#), 20150110251049RSE, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 06/05/2016, Publicado no DJE: 16/05/2016. Pág.: 191/197)

No caso dos autos, inexistiu prova de que houve violência em ambiente doméstico, familiar ou de intimidade, ou em uma relação íntima de afeto e, AINDA, PRINCIPALMENTE, com motivação de gênero e situação de vulnerabilidade da mulher.

A Acusação não demonstrou, portanto, a situação de vulnerabilidade, subordinação ou de dependência que evidencie

a subjugação feminina, devendo, portanto, ser afastada a aplicabilidade da Lei 11.340/06. TAIS CIRCUNSTÂNCIAS NÃO SE PRESUMEM PELA SIMPLES PRESENÇA FEMININA DE SOBRINHA OU DE QUALQUER OUTRA APARENTADA NO PAPEL DE VÍTIMA.

Esclareça-se, outrossim, que não existia convivência entre réu e vítima, tio e sobrinha, os quais residiam em casas separadas.

Presente toda essa moldura, outra conclusão não há senão a de que não fora bem retratado nos autos o relacionamento mantido entre os parentes de terceiro grau, **FULANO DE TAL e FULANA DE TAL**, sendo, pois, em razão das circunstâncias e de tudo o que foi esposado acima, incompetente o Juízo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para apreciar a questão, levando em consideração tão somente e nada mais, a relação de parentesco existente entre as partes, ausente prova de qualquer relação de subjugação e domínio decorrente de gênero, tampouco relação afetiva e de convívio entre as partes envolvidas.

Ressalte-se que em se tratando de nulidade absoluta tem lugar sua alegação em qualquer tempo e grau de jurisdição, podendo inclusive ser reconhecida de ofício pelo Juiz, como também ser deduzida em sede de memoriais.

Dessa forma, por se tratar de competência em razão da matéria, patente a nulidade absoluta, devendo ser anulados todos os atos desde o recebimento da denúncia, remetendo-se o processo ao Juízo competente.

1.A - DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA APRECIÇÃO DE EVENTUAL CRIME DE COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

Também, contrariamente ao propalado pelo ilustre representante do Ministério Público, **na cota constante à fls nº xx verso**, quanto à existência de conexão probatória a justificar a competência do Juízo de Violência Doméstica para apreciar a eventual

prática do crime previsto no artigo 344 do Código Penal, observa-se que no caso não se encontram presentes os requisitos legais do artigo 76, inciso II, do Código de Processo Penal:

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Nesse contexto, vislumbra-se que não prescinde para a modificação da competência, no caso para o Juízo Especial da Violência Doméstica, em razão de conexão probatória ou instrumental, da necessária influência na prova de uma infração por outra ou qualquer de suas circunstâncias elementares.

No caso, não existe essa interligação nas provas produzidas respeitantes aos delitos em que figura como vítima **FULANA DE TAL** (perturbação à tranquilidade, lesão corporal em contexto de violência doméstica e violação de domicílio qualificada) e o previsto no artigo 344 do Código Penal (coação no curso do processo).

Ora, a suposta prática do crime de coação no curso do processo teria ocorrido em momento bem posterior às condutas capituladas no artigo 65 da Lei de Contravenções Penais, artigo 129, parágrafo 9º, e artigo 150, parágrafo 1º, os últimos do Código Penal, não apresentando qualquer influência o primeiro delito na prova dos últimos, tampouco em alguma circunstância elementar, ou vice-versa.

Outrossim, a modificação de competência em razão de conexão somente se justifica no caso de haver risco de decisões divergentes ou conflitantes.

Chega-se à ilação, então, de que inexistindo possibilidade de decisão contraditória na espécie, descabe falar em modificação de competência por conexão.

Mutatis mutandis, aplicam-se os seguintes julgados à espécie.

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. CRIME DE AMEAÇA. CONTRAVENÇÃO PENAL DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. REJEIÇÃO. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO E COESO. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA. DOSIMETRIA. DECOTE DO VALOR MÍNIMO FIXADO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO DEVIDO À AUSÊNCIA DE PEDIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. **1. Infrações penais praticadas contra a mulher que envolvam diferentes circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, ainda que seja a mesma vítima, por si só, não tem o condão de permitir a reunião de processos na Vara do Tribunal do Júri. 2. Na hipótese dos autos, as ameaças e as perturbações à tranquilidade da vítima, no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, ocorreram em contexto diverso da do crime de tentativa de homicídio, apurado em outro processo, motivo pelo qual não prospera a tese de incompetência para processamento e julgamento daquelas infrações**

penais pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (...) 6. Recurso conhecido, preliminar rejeitada e, no mérito, não provido. (Acórdão n.878181, 20150610002025APR, Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 02/07/2015, Publicado no DJE: 06/07/2015. Pág.: 270, grifos nossos)

PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. CRIMES DE INJÚRIA E DANO. AÇÃO PENAL PRIVADA. AUSÊNCIA DE CONEXÃO INSTRUMENTAL COM O DELITO DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO. FATOS DISTINTOS. ECONOMIA PROCESSUAL E RACIONALIDADE DAS DECISÕES. DESNECESSIDADE DE JULGAMENTO SIMULTÂNEO DOS FEITOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. 1. A teor do inciso III do art. 76 do Código de Processo Penal, a conexão probatória ou instrumental configura-se quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração, o que demandará o julgamento em conjunto das ações penais, situação que só se justifica na medida em que se assegure a economia processual e a racionalidade das decisões judiciais, impedindo, assim, decisões conflitantes, o que não se vislumbra na hipótese. 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Segundo Juizado Especial Cível e Criminal de Brasília (Guará). (Acórdão n.819891, 20140020184747CCR, Relator: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, Câmara Criminal, Data de Julgamento: 15/09/2014, Publicado no DJE: 19/09/2014. Pág.: 68)

Nem mesmo o argumento de economia processual é suficiente para a cogitada modificação de competência, considerando

alteração do Juízo natural, no caso o Juízo da Vara Criminal, para julgamento da ação penal, atribuindo-lhe ao Juízo da Violência Doméstica.

Dessa forma, inexistente plausibilidade na apuração conjunta dos referidos delitos, modificando-se, tal como ocorrido na hipótese, a competência originária para tramitação de processo penal relativo ao crime previsto no artigo 344 do Código de Processo Penal, qual seja a do Juízo Criminal comum, por motivo de conexão probatória ou instrumental, da forma como requerido pelo Ministério Público em sua cota à **fls nº xx** -v:

“(...) Em tempo: Esclarece que o delito descrito no art. 344, CP, integrou o aditamento à denúncia em razão da conexão probatória e por um princípio de economia processual (**fls nº xx**).”

Bem vistas as coisas, sem aplicação as regras de modificação de competência na vertente hipótese, devendo ser aferida eventual conduta correspondente ao disposto no artigo 344 do Código Penal no Juízo Criminal comum.

2 - DO MÉRITO

2.A - DA CONTRAÇÃO PENAL DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE, DO CRIME DE LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO QUALIFICADA

No mérito, ao contrário do que sustenta a acusação, não há provas suficientes para a condenação.

No que tange à contração penal prevista no artigo 65 do Decreto-lei 3.688/41, cediço que para sua consumação pressupõe-se a prática de mais de um ato perturbador em diferentes momentos, o que não se verifica no caso em apreço.

Do contrário, qualquer confusão envolvendo dois indivíduos desaguaria na configuração da contravenção penal de perturbação da tranquilidade e não é esse o escopo legal.

É necessária mínima reiteração de atos, em espaço de tempo razoável, durante dias, semanas ou meses, para restar tipificada a referida contravenção.

O Direito Penal não pode ser utilizado para solucionar pequenos acontecimentos, como o fato de alguém estacionar um veículo na frente da garagem de outro. Para isso existem medidas administrativas e cíveis, não sendo razoável se utilizar do Direito Penal.

O próprio significado da palavra perturbar já nos traz à mente a reiteração de condutas, a continuidade da importunação, a repetição de atos, etc...

Resta claro que o fato imputado ao réu não é típico.

Demais disso, em momento algum a peça acusatória demonstra que o réu tenha praticado os atos ali descritos impellido por dolo específico de perturbar a tranquilidade da vítima por acinte ou motivo reprovável, elemento essencial à configuração do tipo em questão.

Houve menção, apenas no aditamento de **fls nº xx**, que “o acusado acima, de modo livre e consciente, perturbou a tranquilidade pessoal da vítima **FULANA DE TAL**, sua sobrinha de 14 anos de idade, por acinte e motivo reprovável, ou seja, para satisfazer lascívia com menor de idade, (...)”, o que não configuraria propósito de perturbar (acinte) ou qualquer motivo reprovável ante a ausência de demonstração do contrário.

A respeito da necessidade da presença de dolo específico, o seguinte julgado abaixo transcrito proveniente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal :

DIREITO PENAL. PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE.
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INÉPCIA DA INICIAL.

REQUISITOS FORMAIS DO ART. 41 DO CPP. INEXISTÊNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. CONFIGURAÇÃO.

1. Rejeita-se a preliminar de inépcia da denúncia quando presentes os requisitos formais mínimos elencados no art. 41 do CPP, contendo a descrição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como a qualificação do acusado, a classificação do crime, estando, ainda, acompanhada do rol de testemunhas, com vistas a assegurar o amplo direito de defesa.

2. Imperativa a absolvição do réu quando ausente a demonstração do dolo específico do agente em perturbar a tranquilidade da vítima por acinte ou motivo reprovável.

3. Aplica-se o princípio da intervenção mínima do direito penal quando a lide pode ser solucionada por outros ramos do direito.

5. Apelação criminal conhecida e provida. ([Acórdão n.950296](#), 20130810024618APR, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 23/06/2016, Publicado no DJE: 28/06/2016. Pág.: 145/153)

Não bastasse, o conjunto probatório amealhado nos autos é inequívoco no sentido de que o réu se encontrava completamente embriagado, o que reforça ainda mais a conclusão da ausência do dolo específico exigido pelo tipo penal em questão, considerando que não era movido por acinte ou motivo reprovável, inexistindo consciência por parte do réu sobre tais circunstâncias.

No tocante ao crime de violação de domicílio, conforme se extrai do art. 150, *caput*, do CP, sua consumação não prescinde da existência de dolo específico, consistente na vontade de entrar em casa alheia ou em suas dependências sem permissão.

Observa-se que não há provas nos autos a respeito da configuração do crime de violação de domicílio, haja vista que, primeiramente, não restou demonstrada a efetiva invasão, considerando a existência de dois portões na residência da vítima, um no lado interno da residência e outro do lado externo, não conseguindo o réu ultrapassar o segundo.

Demais disso, havendo relação de parentesco entre a vítima **FULANA DE TAL** e o réu, residindo no local sua irmã **FULANA DE TAL**, presume-se que sua entrada era franqueada no local, onde inclusive já residira conjuntamente com a irmã e os filhos dessa.

Assim, inexistia qualquer proibição ou vedação de seu acesso àquela residência, inclusive tendo o réu, na data dos fatos, se dirigido ao local visando encontrar seu sobrinho Pedro.

Por oportuno, transcreve-se os referidos trechos das testemunhas inquiridas em Juízo:

“(..) o réu chegou em casa alterado; o réu nunca foi de agir dessa forma; acredita que o réu esta bêbado; o réu passou a chamar o irmão da declarante e forçou o portão; o réu aparentava ter bebido muito; (...) o réu já havia morado na casa da declarante e nunca tinha acontecido atitude semelhante. (...) Que o réu morou dois meses na casa da declarante, mas não se lembra quando; (...) o réu é uma pessoa carinhosa e respeitadora; (...)” (**FULANA DE TAL, fls nº xx**).

“(…) Que o réu morou com o depoente por um ou dois anos, em 2012 e 2013; o réu não fez menção ou tentou agarrar a vítima para praticar ato libidinoso no dia dos fatos; nunca presenciou nenhum ato de cunho sexual entre o réu e a vítima; (..)” (Testemunha **FULANO DE TAL**, fls nº **xx**).

Não há como olvidar, assim, que ausente dolo específico no réu na conduta de ingressar e permanecer indevidamente na residência de FULANA DE TAL, motivo pelo qual não houve o cometimento do crime previsto no artigo 150 do Código Penal pelo réu.

Não é outra, aliás, a jurisprudência há muito consolidada acerca do tema, a exigir o dolo na conduta capitulada no artigo 150 do Código Penal. Veja-se:

"Indispensável à configuração do crime de violação de domicílio, o dolo específico, de penetrar ou permanecer na casa de outrem, contra a vontade deste" (JUTACRIM 48/391)
"O crime de violação de domicílio, como delito subsidiário que é, também requisita para sua integração o dolo específico. Se a finalidade do agente não foi a de violar o domicílio, como propósito único da ação, não se configura o crime" (RT 432/346)

"Sendo manifesto que não havia a intenção de violar do domicílio, inexistindo o elemento subjetivo do injusto, conforma-se a solução absolutória (JTACRIM 61/279)

"O estado de embriaguez completa não se compatibiliza com o dolo específico, ou seja, com o elemento subjetivo do injusto" (RT 535/302)

Nesse sentido, se firmou, igualmente, a Jurisprudência do

TJDFT:

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INVASÃO DE DOMICÍLIO E LESÕES CORPORAIS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. AUSÊNCIA DE DOLO QUANTO À PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 150 DO CÓDIGO PENAL. LESÕES CORPORAIS. DÚVIDA. AGRESSÃO INICIADA PELA VÍTIMA. USO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA REPELIR A AGRESSÃO DE FORMA MODERADA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Embora o réu tenha permanecido na residência da vítima contra a vontade desta, a prova dos autos não revela que o recorrente tenha agido com o dolo de cometer o delito de invasão de domicílio, uma vez que sua presença na residência era frequente, estava autorizada pela genitora da vítima e justificada pelo direito de visitas do recorrente ao seu filho menor. (Acórdão n.640753, 20121210027256APR, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 06/12/2012, Publicado no DJE: 12/12/2012. Pág.: 192)

PENAL. INVASÃO DE DOMICÍLIO. ABSOLVIÇÃO DO RÉU. AUSÊNCIA DE PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. SENTENÇA CONFIRMADA.

1 Réu absolvido da acusação de infringir o artigo 150, § 1º, do Código Penal, eis que teria adentrado a residência da ex-mulher à noite, onde permaneceu contra sua vontade expressa. O Promotor de Justiça reclama pela condenação nos termos da pronúncia.

2 A incursão invasiva do réu estava desprovida de dolo.

posto que entrou a convite do filho, e saiu ao cabo de rápida discussão, depois de cientificado da vontade contrária da ex-mulher, que detinha o jus prohibendi próprio do regime de hierarquia em relação aos filhos. A suposta invasão de domicílio também se operou de maneira fugaz e se desfez rapidamente, não chegando a ofender a vontade da lei. 3. Apelação desprovida. (Acórdão n.589747, 20091210052822APR, Relator: GEORGE LOPES LEITE, 1ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 14/05/2012, Publicado no DJE: 30/05/2012. Pág.: 146)

Lado outro, no caso, eventual violação de domicílio, acaso reconhecida, constituiu crime-meio para a consumação do crime de lesão corporal, sendo por esse absorvido.

Respeitante ao crime de lesão corporal, de igual forma não está demonstrada a sua ocorrência.

Ocorre que da análise dos autos, afere-se que a lesão inicialmente atribuída à responsabilidade do réu não foi por ele causada, qual seja, a lesão existente no dedo de **FULANA DE TAL**.

As testemunhas depuseram a respeito, isentando o réu de culpa pela aludida lesão:

“(...) a declarante tentou separar a briga; na verdade, seu irmão que mordeu o declarante da declarante nesse momento; (...) conversou com seu irmão e ele disse que ele que havia mordido o dedo da declarante na confusão da briga; (...)”(Testemunha **FULANA DE TAL**, fls nº xx)

“(...) **FULANA DE TAL** abriu a porta e saiu para ajudar na briga; quanto à mordida no dedo da **FULANA DE TAL**, foi o

depoente o autor; esqueceu de mencionar isso na polícia;
(Testemunha **FULANO DE TAL**, fls nº xx)

É de se mencionar, ademais, que não restou incontroverso nos autos, que o restante das lesões tenha decorrido de eventual puxão por parte do réu no braço da vítima, através da janela existente na casa, situando-se cada qual de um lado.

Em nenhum momento dos depoimentos de **FULANA DE TAL** e Pedro, afirmou-se que o réu tenha lesionado a vítima na janela da casa.

A seu turno, a testemunha **FULANA DE TAL** ressaltou que **FULANA DE TAL** tentou dar um murro no réu, pela janela, quando bateu o dedo na janela, machucando-se.

Sabe-se que a condenação criminal, em atenção ao princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência, pressupõe a existência de um conjunto de provas incontestes acerca da materialidade e autoria delitivas, o que, definitivamente, não se logrou coligir nos presentes autos.

Dessa forma, verifica-se que o conjunto probatório é frágil e não possui robustez bastante para uma condenação penal. É de se aplicar, portanto, o “in dubio pro reo” para absolver o réu, diante da ausência de provas seguras da autoria do delito.

A propósito, elucida o ilustre Professor Paulo Rangel:

“Portanto, estando o juiz diante de prova para condenar, mas não sendo esta suficiente, fazendo restar a dúvida, surgem dois caminhos: condenar o acusado, correndo o risco de se cometer uma injustiça, ou absolvê-lo, correndo o risco de se colocar nas ruas, em pleno convívio com a sociedade, um culpado. A melhor solução será, indiscutivelmente, absolver o acusado, mesmo que correndo o risco de se colocar um culpado nas ruas, pois, antes um culpado nas ruas do que um

inocente na cadeia”. (Direito Processual Penal, 7ª edição, Ed. Lumen Júris, 2003, p.35. Grifo nosso).

Existindo conflito entre o “jus puniendi” do Estado e “jus libertatis” do acusado, a balança deverá inclinar-se em favor deste último, fazendo prevalecer o princípio do “favor rei”, sendo certo que tal postulado encontra-se na regra do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, que impõe a absolvição quando for a prova insuficiente.

2.B - DO CRIME DE COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

Quanto ao crime previsto no artigo 344 do Código de Processo Penal, caso se entenda pela competência desse ilustrado Juízo para apreciação, igualmente não se confirma a sua prática, ante a ausência de provas cabais que demonstrassem sua ocorrência.

Ocorre que a eventual conduta criminosa decorreu da notícia levada pela genitora de **FULANA DE TAL , FULANA DE TAL**, ao Ministério Público por ocasião da realização de audiência de instrução em julgamento, na data de **xx/xx/xxxx**

Consta no referido termo (**fls nº xx**):

“(…) A genitora de **FULANA DE TAL, FULANA DE TAL**, informou que o réu estava presente na sala de audiência e, mesmo sem vê-la, disse em voz alta que se algo fosse dito contra ele, ele iria matar.”

É de se rememorar a argumentação deduzida pela douta Juíza Joanna D’arc Medeiros Augusto, nos autos do pedido de prisão preventiva ajuizado pelo Ministério Público do Distrito Federal, vazada no escoreito raciocínio, abaixo transcrito:

“Inicialmente, em análise ao pleito, cumpre salientar que a suposta ameaça em tese proferida pelo réu possui teor demasiadamente genérico, sem um destinatário específico. O fato de o autor supostamente ter dito ‘que se algo fosse dito contra ele, ele iria matar’, não foi direcionado a vítima ou qualquer testemunha de maneira expressa. Ademais, o ambiente de espera das audiências é amplo, normalmente com muitas pessoas no aguardo das sessões. Assim, é perfeitamente possível que o autor sequer tivesse observado a presença da suposta vítima no local, ou que sua fala fosse alcançada-la.

Outrossim, vale destacar que não há qualquer outra prova que corrobore o relato da genitora da vítima”

Realmente, tais circunstâncias ainda se fazem presentes, após a instrução do feito, não sobrevivendo qualquer prova cabal suficiente ao embasamento de um édito condenatório.

Por esse aspecto, quanto à apuração do citado crime, vislumbra-se que na instrução do feito foram ouvidas as testemunhas **FULANA DE TAL**, também vítima secundária, e **FULANA DE TAL**, cujos depoimentos apresentaram diversas contradições, quando confrontados entre si.

FULANA DE TAL, em seu testemunho, informou que estava com a mãe, quando o réu teria proferido a ameaça em seu desfavor. Asseverou que o réu propalou alto para que todos pudessem ouvir a ameaça. Salientou que o momento da ameaça foi logo na sua chegada ao Fórum.

FULANA DE TAL, por sua vez, noticiou que teria o réu dito por duas ou três vezes que se “ela” falasse qualquer coisa, iria matá-la. Ressaltou que naquele momento **FULANA DE TAL** se encontrava no banheiro, não tendo ouvido as supostas ameaças, considerando que **FULANA DE TAL** ainda se encontrava no banheiro, quando o réu disse novamente a ameaça.

FULANA DE TAL também relatou que o réu teria dito que lá fora iria pegar “ela”, inovando na cogitada fala, diante do que relatou **FULANA DE TAL** em seu depoimento, como também em face do relato por ela próprio produzido na audiência realizada em **xx/xx/xxxx (fls nº xx)**.

Frise-se que naquela oportunidade, audiência de **xx/xx/xxx**, relatou que a suposta ameaça fora proferida sem que o réu visse **FULANA DE TAL**, não ouvindo essa os dizeres atribuídos a **FULANO DE TAL**

Disso, infere-se que o réu em momento algum propalou mal certo e determinado contra **FULANA DE TAL** e, ainda que houvesse dito as palavras que lhe foram atribuídas, inexistia o dolo específico de que trata o 344 do Código de Processo Penal, considerando que não havia visto **FULANA DE TAL**, conforme depoimento de sua genitora.

Sem que tivesse direcionado diretamente a eventual ameaça à testemunha **FULANA DE TAL**, impossível visualizar o fim de favorecer interesse próprio em processo judicial, nos moldes do que prevê o referido dispositivo penal.

Outrossim, ressalte-se que não é crível afirmar que o réu tenha se valido da proximidade de **FULANA DE TAL**, mãe de **FULANA DE TAL**, para fazer valer a ameaça, tendo em vista que mal se conheciam, ressaltando **FULANA DE TAL** que somente o identificou porque se recordou da genitora do réu, que se encontrava ao lado dele no momento dos fatos, não sabendo dizer com certeza se o réu a havia reconhecido.

Nessa contextura, chega-se à ilação de que a conduta narrada no aditamento à denúncia de **fls nº xx**, não se subsume ao tipo penal previsto no artigo 344 do Código Penal, cujo conteúdo dispõe:

“Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou

qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.”

Conforme visto, não restou demonstrado nos autos um especial fim de agir, qual seja, **buscar o agente, diante do comportamento desenvolvido, satisfazer interesse próprio ou alheio.**

A respeito do tema, a elucidativa jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA. CONCURSO DE AGENTES. PROVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DO ESPECIAL FIM DE AGIR. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE AMEAÇA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. EXCLUSÃO.

1. Mantém-se a condenação dos réus pelo crime de roubo circunstanciado, se comprovadas a sua materialidade e autoria, pela prova oral colhida, em especial pela confissão dos mesmos.

2. Para a caracterização do crime de coação no curso do processo é necessário que a grave ameaça seja empregada com um especial fim de agir, consistente no favorecimento de interesse próprio ou alheio em processo judicial, inquérito policial ou procedimento administrativo. Ausente o dolo específico, faz-se imperiosa a desclassificação para o delito de ameaça.

3. Afasta-se a análise desfavorável das circunstâncias do

crime quando, existentes duas ou mais causas de aumento, o juiz utilizar uma para agravar a pena-base e as demais como majorantes.

4. Recursos conhecidos e parcialmente providos. (Acórdão n.776322, 20130910136947APR, Relator: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, Revisor: JESUINO RISSATO, 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 03/04/2014, Publicado no DJE: 07/04/2014. Pág.: 715)

Da conduta atribuída ao réu, impossível se extrair qualquer pretensão no sentido de coagir a vítima **FULANA DE TAL**, por exemplo, a se ausentar da audiência em que daria depoimento quanto aos fatos, ou ainda de alterar a verdade de seu relato visando beneficiá-lo de qualquer modo.

Tal ocorre até mesmo porque não foi direcionada qualquer palavra diretamente a **FULANA DE TAL**, que se encontrava no banheiro, ou ainda, por meio de terceiro, considerando que não há provas de que o réu reconheceria a genitora dela à época do ocorrido.

De se lembrar que em determinado momento de seu depoimento, **FULANA DE TAL** declarou não ter se sentido intimidada com a suposta ameaça do réu, permanecendo tranquila.

Nas circunstâncias, impõe-se a absolvição do réu também quanto ao crime tipificado no artigo 344 do Código Penal.

3 - DO PEDIDO

Ante todo o exposto, vem requerer a Vossa Excelência o reconhecimento da incompetência do Juízo de Violência Doméstica para apuração dos crimes imputados ao réu, e, no mérito, caso vencida a preliminar, a absolvição do réu, com fundamento no artigo 386, incisos II, III e VII, do Código de Processo Penal.

Nesses termos, pede deferimento.

Local, dia, mês e ano.

DEFENSOR FULANO DE TAL